



BALANÇOS PATRIMONIAIS em 30 de Junho de 2015 e de 2014
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2015	2014
Circulante		317.894	103.750
Disponibilidades	3	5	152
Aplicações interfinanceiras	4	23.478	78.648
Títulos e valores mobiliários	5	243.904	267.387
Relações interfinanceiras		1	
Outros créditos	6	50.342	24.836
Outros valores e bens		164	114
Não Circulante		27.968	24.367
Realizável a Longo Prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.227	1.098
Outros créditos	6	67	62
Investimentos		15	109
Imobilizado de uso	7	3.243	2.679
Intangível	8	23.416	20.419
Total do Ativo		345.862	128.117

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014
Em milhares de reais

1. Contexto operacional: A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED'S - UNICRED do Brasil (Confederação), constituída por cooperativas centrais e integrantes do sistema UNICRED em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN/Bacen nº 3.859/2010 - Estatuto Social. Tem sede e foro na cidade de São Paulo/SP, com área de atuação em todo território nacional. Tem por objetivo orientar e coordenar as atividades das cooperativas centrais associadas, nos casos em que o vultoso dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou convivência de atuação das suas associadas. A Confederação iniciou em dezembro de 2013, programa de unificação da TI do Sistema UNICRED em conjunto com suas associadas. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, que o investimento fosse financiado com recursos oriundos do Fundo Garantidor de Depósito (FGD). Até 30 de junho de 2015, já foram alocados o montante de R\$ 47.282, entre aquisição de licenças de uso do software SAP e demais gastos relacionados à sua implantação, registrados na rubrica de outros devedores projeto - TI, em composição de outros créditos no ativo. Em contrapartida, como estão sendo utilizados recursos das Associadas aplicados no FGD, a obrigação, contas a pagar cooperativas projeto - TI, está constituída no mesmo montante dos saques registrados no passivo circulante - outras obrigações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis: a. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do CMN e os pronunciamentos, orientações e as interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen até o momento (CPC 00 R1, 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25). São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Confederação, e foram aprovadas pela Administração em 14 de Agosto de 2015. b. **Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos semestres apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado: Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do semestre. **b.2 Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Confederação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente. **b.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários livres de curto prazo de alta liquidez. Os títulos e valores mobiliários livres são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. **b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:** Classificadas conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-las para negociação, e são avaliadas pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização. **b.5 Devedores por depósitos em garantia:** Seja por determinação judicial ou espontaneamente da Administração da Confederação, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos, atualizados pela Selic. **b.6 Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. **b.7 Imobilizado de uso:** As imobilizações são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens. **b.8 Intangível:** Demonstrado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. **b.9 Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não financeiros são revisados semestralmente pela Administração da Confederação para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment). **b.10 Relações interfinanceiras:** Representam o montante dos recursos das cooperativas centrais associadas centralizados pela Confederação, e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. **b.11 Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para pagar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido. **b.12 Demais ativos e passivos:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **b.13 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Confederação revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes. **b.14 Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. **b.15 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e Bacen. **b.16 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 15%. A sobra apurada em operações realizadas com as associadas é isenta de tributação.

3. Caixa e equivalentes de caixa: As disponibilidades e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2.008.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	237	237	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	23.181	23.181	
Fundo DI Bancob	1.227	1.227	1.098
	23.478	1.227	24.705

Em 30 de junho de 2015 as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) que estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), tem seu vencimento final no segundo semestre de 2020, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas para negociação. Referidas aplicações tiveram remuneração no montante de R\$ 196. As Letras do Tesouro Nacional (LTN) que estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), têm seu vencimento final no primeiro semestre de 2016, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas para negociação. Referidas aplicações tiveram remuneração no montante de R\$ 2.101 no primeiro semestre de 2015. As aplicações em Fundo DI Bancob custodiadas à Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), está vinculada ao contrato de aluguel do imóvel da Confederação e foi contratada com prazo de resgate também no primeiro semestre de 2016. No primeiro semestre de 2015, referidas aplicações tiveram remuneração no montante de R\$ 69 (R\$ 52 em 2014), registrado em Aplicações interfinanceiras de liquidez.

5. Títulos e valores mobiliários:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro	91.262		
Certificado de Depósito bancário	2.987	1.207	
Outros		277	
Cotas de Fundo de Investimentos	149.555	77.164	
	243.904	78.648	

Em 30 de junho de 2015, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), que estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), tem vencimento final no segundo semestre de 2020, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas para negociação. Referidos títulos tiveram remuneração no montante de R\$ 4.317 no primeiro semestre de 2015. Ainda no primeiro semestre de 2015, foram registrados rendimentos com Letras do Tesouro Nacional (LTN) no montante de R\$ 277.

As Cotas de Fundo de Investimentos, refere-se a BB UNICRED do Brasil Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado, administrado por instituição financeira de primeira linha. Referido fundo teve no primeiro semestre de 2015, remuneração de 100% do CDI, no montante de R\$ 6.947 em 30 de junho de 2015 (R\$ 3.605 em 2014).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO	Nota	2015	2014
Circulante		284.765	101.044
Relações interfinanceiras	9	226.759	71.007
Outras obrigações	10	58.006	30.037
Não circulante		4.294	551
Exigível a Longo Prazo			
Outras obrigações	10	4.294	551
Patrimônio líquido	13	56.803	26.522
Capital social		47.747	17.577
Reserva de capital		4.053	4.053
Reserva legal		4.398	1.699
Resultado acumulado		605	3.193
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		345.862	128.117

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014
Em milhares de reais

	Nota	2015	2014
Ingressos da intermediação financeira		13.909	3.657
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	2.368	52
Títulos e valores mobiliários	5	11.541	3.605
Dispêndios da intermediação financeira		(12.686)	(3.497)
Operações de captação no mercado	9	(12.686)	(3.497)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.223	160
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(833)	1.052
Ingressos de prestação de serviços	14	13.874	8.591
Dispêndios de pessoal e honorários	15	(15.878)	(8.639)
Outros dispêndios administrativos	16	(19.089)	(10.458)
Outros dispêndios operacionais		(502)	(128)
Outros ingressos operacionais	17	20.852	11.686
Resultado operacional		390	1.273
Resultado não operacional		215	75
Sobra do semestre		605	1.285

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Circulante	Não Circulante	Total
Central Brasil Central	1.311	2.489	3.800
Variação monetária	183	604	787
Saldo Brasil Central	1.494	3.093	4.587
Cretores Diversos:	1.826	3.707	5.533

(iii) Confederação no desenvolvimento de suas atividades operacionais está sujeita a demandas de naturezas tributária, civil e reclamações trabalhistas. A Confederação possui ação na área tributária federal, que visa declarar a não incidência das contribuições ao PIS e COFINS, sobre o ato cooperativo (sistema operacional cooperativo), cujas exigibilidades se encontram suspensas por força de depósitos judiciais nos autos do Mandado de Segurança. Referido processo encontra-se em andamento. Sobre esse assunto, em novembro de 2011, a Confederação recebeu autuação da Receita Federal do Brasil, referentes à suposta tributação sobre as rendas de aplicações financeiras, abrangendo os exercícios de 2006, 2007 e 2008, no montante de R\$ 437, devidamente atualizados pela Selic até 30 de Junho de 2015. Os autos de infração foram contestados administrativamente pela Confederação, legando em síntese, a não incidência dos tributos federais sobre o ato cooperado de acordo com o teor do disposto no artigo 79 da Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo). Ainda, foi constituída provisão no montante de R\$ 150 por falta de entrega da DIMOF - Declaração de Informações sobre Movimentações Financeiras de anos anteriores. Para este assunto, até que se tenha o retorno das contagens administrativas, a Administração da Cooperativa, de forma prudente, decidiu pela manutenção da provisão constituída no mesmo montante dos autos de infração. Por fim, em caso de injeção das defesas administrativas do PIS, COFINS e da DIMOF, ainda cabe discussão preliminar na esfera judicial por parte da Confederação. Existem depósitos judiciais de R\$ 67 (R\$ 62 em 30 de Junho de 2014), registrados em outros créditos do ativo não circulante (nota 6 (ii)), devidamente atualizados pela Selic até 30 de Junho de 2015 para o PIS e COFINS. As movimentações das provisões e dos depósitos foram as seguintes:

	Depósitos Judiciais	Provisão para contingências
Saldo em 1º de janeiro de 2015	65	59
Depósitos realizados/constituição de provisão	2	168
Saldo em 30 de Junho de 2015	67	587
Saldo em 1º de janeiro de 2014	62	548
Depósitos realizados/constituição de provisão	2	3
Saldo em 30 de Junho de 2014	62	551

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Confederação, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionários variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos.

11. Passivos contingentes: A Cooperativa é ré em duas ações de natureza civil indenizatória e uma ação trabalhista, discutidas na esfera judicial, com valor de causa de R\$ 1.867 em 30 de junho de 2015. A Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião de seu assessor jurídico, que indica perda possível, mas não provável, em não registrar qualquer provisão para contingências em face desse assunto. **12. Marca UNICRED:** Em 7 de dezembro de 2010, foi celebrado pela Confederação contrato com a UNICRED Vale das Antas para a cessão em definitivo dos direitos e a titularidade da marca UNICRED. Adicionalmente, foram transferidos outros 3 registros junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, referentes a diversas variações de despesas com o INPI e outros gastos, o montante de R\$ 29, registrados à época no ativo. Em 2012, todos os valores registrados no ativo circulante e não circulante, relativos à Marca UNICRED, foram revertidos e contabilizados em dispêndios no período, procedimento com a concordância do Bacen. Também, como forma de compensar a cessão da Marca UNICRED, foi concedida a singular acima citada, a isenção pelo prazo de vinte anos no rateio dos dispêndios da Confederação de Central R\$ 6 dos serviços de tecnologia da informação, cujo custo total será suportado à época pelas demais cooperativas centrais e singulares associadas ao Sistema UNICRED do Brasil através do rateio.

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social é de R\$ 47.747 e R\$ 17.577, em 30 de junho de 2015 e de 2014, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado, sendo representado pelas integralizações das cinco centrais em 30 de junho de 2015 (sete em 2014). De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes. No primeiro semestre de 2015 ocorreu aumento de capital no montante de R\$ 30.170, (R\$ 456 em 2014), com recursos provenientes de suas associadas. **b. Destinações legais e estatutárias:** Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme Estatuto Social serão destinadas: 10% para a reserva legal e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES. O FATES é registrado como exigibilidade, conforme instituição do Bacen e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) e Manual do FATES do Sistema UNICRED (nota 10 (i)). **c. Sobras acumuladas:** Em Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 26 de março de 2015 e em 27 de março de 2014, foram aprovadas as destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras dos exercícios de 2014 e de 2013.

Descrição	2015	2014
Serviços de TI	10.325	7.492
Serviços de TI - Ato não cooperativo	2.626	1.099
Prestação de serviço a ex-associados	794	-
Outros serviços	39	-
	13.784	8.591

15. Dispêndios com pessoal e honorários:

Descrição	2015	2014
Dispêndios de honorários	(5.56)	(620)
Dispêndios de pessoal - benefícios	(2.116)	(1.201)
Dispêndios de pessoal - encargos	(3.369)	(1.712)
Dispêndios de pessoal - prêmios	(9.753)	(5.089)
Dispêndios de pessoal - treinamento	(84)	(19)
	(15.878)	(8.639)

16. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2015	2014
Dispêndios de água e energia	(270)	(132)
Aluguéis e condomínios	(854)	(742)
Dispêndios de comunicação	(1.269)	(662)
Dispêndios de manutenção	(119)	(1.041)
Dispêndios de processamento de dados	(3.013)	(410)
Dispêndios de propaganda e publicações	(255)	(144)
Serviços de terceiros	(6.603)	(1.767)
Serviço técnico especializado	(1.798)	(1.922)
Dispêndios de viagem no país	(1.267)	(593)
Outros dispêndios administrativos	(836)	(787)
Dispêndios de amortizações e depreciações	(2.580)	(2.106)
Outros dispêndios	(225)	(152)
	(19.089)	(10.458)

17. Outros ingressos operacionais:

Descrição	2015	2014
Taxa de contribuição (I)	11.872	7.565
Ressarcimentos de dispêndios administrativos (II)	8.967	2.487
Outros ingressos operacionais	13	1.634
	20.852	11.686

(I) Refere-se às despesas da Confederação que são ressarcidas pelas associadas. A Confederação possui uma relação de interdependências com as suas associadas, visto que seu custo é reembolsado por elas. (II) Refere-se à reembolso de despesas das Centrais que ora foram assumidas pela Confederação.

18. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, os quais se aproximam dos seus valores justos, com destaque para os títulos e valores mobiliários, aplicações interfinanceiras de liquidez e relações interfinanceiras passivas. Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres, nem em caráter especulativo.

19. Seguros contratados: A Confederação adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20. Partes relacionadas: A Confederação tem como missão desenvolver e coordenar ações políticas e administrativas para implantação pelas Centrais do Sistema UNICRED visando à padronização dos processos, ganhos em escala, normatização e a defesa da marca UNICRED, buscando tornar o sistema uno, sólido e integrado em nível nacional. **a. Cooperativas centrais associadas:** Na relação das cooperativas associadas com a Confederação existem direitos e deveres que necessitam ser observados. Dentre os direitos destacamos: propor à Diretoria Colegiada ou à Assembleia Geral medidas de interesse geral ou da própria cooperativa; votar e concorrer, nos termos dispostos neste Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Confederação; demitir-se de suas contribuições obrigatórias para o Fundo Garantidor do Sistema UNICRED (FG). Os depósitos voluntários são recursos das Centrais aplicados voluntariamente na Confederação e têm seus rendimentos repassados em sua totalidade. Abaixo demonstramos a evolução destes depósitos durante o 1º semestre de 2015 e de 2014:

	Depósitos no FG	Depósitos Voluntários
Saldo em 1º de Janeiro de 2015	43.035	21.028
Depósitos Efetuados pelas Centrais	31.053	-
Rendimento gerado pela aplicação dos recursos	1.866	597
Resgates efetuados pelas Centrais	(49.160)	(21.625)
Saldo em 30 de Junho de 2015	26.794	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Circulante	Não Circulante	Total
Central AMOC	292	495	787
Variação monetária	40	119	159
Saldo AMOC	332	614	946

DIRETORIA

Evandro Jacó Kotz
Diretor Executivo

Mauro Rogério Costa Fernandes
Diretor de Desenvolvimento

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a

avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Confederação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Confederação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014
Em milhares de reais

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	17.323	21.717
Resultado ajustado do semestre	3.521	22.724
Sobra do semestre	605	2.925
Depreciações e amortizações	2.755	19.758
Baixas do imobilizado de uso	53	